



Ministério Público do Estado da Paraíba
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto

Instruções Gerais

- **O candidato receberá do fiscal:**
 - ✓ Um **Cartão de Respostas**, devendo o candidato conferir os seus dados de identificação pessoal, assinar no espaço próprio e, seguindo as orientações constantes do próprio Cartão, reproduzir, com letra cursiva, a **frase padrão** indicada na parte inferior do Cartão de Respostas.
 - ✓ Um **Caderno de Questões**, que contém 100 (cem) questões de múltipla escolha, cada uma comportando apenas 01 (uma) resposta correta, que deverá ser assinalada no Cartão de Respostas. Cada uma das questões desta prova contém 05 (cinco) alternativas, sendo as quatro primeiras ("A", "B", "C", "D") destinadas às opções de resposta, e a quinta alternativa ("E"), destinada à declaração de abstenção de resposta.
- O **Cartão de Respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro que identifique o candidato fora dos locais indicados no cartão.
- **Lembre-se** de que, na avaliação desta prova, as questões terão o mesmo valor e cada conjunto de 04 (quatro) respostas erradas implicará, no cômputo geral, o desconto de 01(uma) resposta correta, não sendo consideradas para tal fim as marcações da alternativa "E". Não havendo a marcação de nenhuma alternativa, tal evento será computado como "resposta errada". Portanto, caso não tenha certeza quanto à resposta correta, é de bom alvitre que o candidato assinale a alternativa "E".
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **Caderno de Questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Somente **após 60 (sessenta) minutos do início da prova**, o candidato poderá entregar o **Cartão de Respostas**, devidamente assinado, e retirar-se da sala.
- Após o término de sua prova, deverá o candidato entregar ao fiscal de sala este **Caderno de Questões e o Cartão de Respostas**.
- Somente **decorridas 04 (quatro) horas do início da Prova**, poderá o candidato levar consigo o **Caderno de Questões**, sendo este o **único** meio permitido ao candidato para suas anotações pessoais.
- Os **03 (três) últimos Candidatos** de cada sala só poderão ser liberados conjuntamente.
- Você dispõe de **05 (cinco) horas** para fazer a Prova. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Este tempo inclui a marcação do **Cartão de Respostas**.

C
A
D
E
R
N
O

D
E

Q
U
E
S
T
Õ
E
S



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre o direito fundamental à liberdade de associação, é errado afirmar:

- A) A personalidade jurídica não é elemento indispensável para que se reconheça, em certo grupamento de pessoas, uma associação protegida constitucionalmente.
- B) A finalidade da associação, desde que lícita, pode ser comercial ou não, vedada apenas a de caráter paramilitar.
- C) A suspensão, por tempo determinado, das atividades associativas pode dar-se, excepcionalmente, nas hipóteses e condições previstas em lei, por ato da autoridade administrativa competente, mas a dissolução compulsória da associação depende de decisão judicial transitada em julgado.
- D) Não se reconhece a legitimidade associativa para a representação judicial dos associados, quando o bem jurídico a ser tutelado é objeto de direito personalíssimo.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

2. É correto afirmar:

- A) A perda da nacionalidade brasileira se dá em decorrência de cancelamento da naturalização por sentença judicial ou de aquisição de outra nacionalidade, somente no primeiro caso acarretando também a perda dos direitos políticos.
- B) A perda da nacionalidade em razão de cancelamento da naturalização pressupõe sentença judicial transitada em julgado, não sendo a privação reversível por novo processo de naturalização, mas somente por ação rescisória.
- C) O brasileiro nato é imune à perda da nacionalidade.
- D) Configura óbice à extradição a circunstância de o extraditando ter filho brasileiro nato.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

3. É correto afirmar:

- A) O membro vitalício do Ministério Público perderá o cargo por decisão judicial transitada em julgado ou por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- B) É defeso ao membro do Ministério Público, salvo se beneficiado pelo regime constitucional anterior, exercer a advocacia, vedação que persiste em relação ao exercício perante qualquer juízo ou tribunal, antes de decorridos três anos do afastamento por aposentadoria ou exoneração.
- C) Entre as atribuições do CNMP, não se insere a determinação de remoção compulsória de membro do Ministério Público vitalício e inamovível.
- D) Para integrar o CNMP, cada uma das Casas do Congresso Nacional indicará um representante da sociedade civil, de notável saber jurídico e reputação ilibada, sendo que tais indicações não podem recair sobre membros do Ministério Público, mesmo na qualidade de cidadãos.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

4. É correto afirmar:

- A) A instauração de processo criminal contra congressista não depende de licença do Poder Legislativo, mas há a possibilidade de sustação do andamento da ação penal, somente cabível quando se trata de condutas praticadas após a diplomação, ainda que anteriores ao exercício do mandato e independentemente da natureza da infração.
- B) A imunidade parlamentar formal relativa à prisão não abrange a prisão cível por dívida de alimentos nem a execução de pena privativa de liberdade definitivamente imposta por sentença transitada em julgado.
- C) O pedido de sustação do andamento da ação penal é de iniciativa reservada ao partido político a que o parlamentar é filiado, e a decisão, para a qual se exige maioria absoluta, compete ao plenário da respectiva Casa Legislativa.
- D) Aos deputados estaduais aplicam-se as mesmas imunidades dos membros do Congresso Nacional, podendo a constituição estadual ampliá-las, mas não as restringir.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

5. É correto afirmar:

- A) As instituições privadas serão admitidas a participar, de forma complementar, do sistema único de saúde, desde que sejam entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos.
- B) Os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias serão admitidos pelos gestores locais do sistema único de saúde mediante processo seletivo público, sujeitando-se ao regime de contratação administrativa por tempo determinado para atender a situações de excepcional interesse público.
- C) É compatível com a Constituição a norma legal que prevê que a operadora de planos de saúde ressarcirá à Administração Pública os custos dos serviços de atendimento à saúde, previstos nos respectivos contratos e prestados a seus consumidores e respectivos dependentes, em instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do sistema único de saúde.
- D) É possível a complementação, por entidade particular, do serviço público de saúde prestado a certo indivíduo, hipótese em que, no entanto, a integralidade dos custos deverá ser suportada pelo sistema único de saúde, não podendo ser cobrado do paciente o pagamento da diferença de valores em face da prestação disponibilizada pela entidade privada.
- E) *(Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).*

6. É errado afirmar:

- A) A legitimidade de Ministério Público estadual para propor diretamente reclamação perante o Supremo Tribunal Federal não é condicionada à ratificação da iniciativa pelo Procurador-Geral da República.
- B) Para se atribuírem efeitos concretos à ordem de mandado de injunção, é necessário que haja sido citado para a respectiva relação jurídica processual, além da pessoa estatal que tem o dever de regulamentar a norma constitucional, o ente público personalizado sobre o qual recairão aqueles efeitos.
- C) O Supremo Tribunal Federal não dispõe de competência originária para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra atos jurisdicionais ou administrativos dos tribunais judiciais superiores, ainda quando, no caso do Tribunal Superior Eleitoral, o ato emane de Ministro do Supremo Tribunal Federal na condição de integrante da Corte Eleitoral.
- D) Ao Supremo Tribunal Federal compete originariamente processar e julgar mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União.
- E) *(Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)*

7. Julgue as seguintes assertivas:

- I – O caráter não-restringível de certa norma constitucional de direito fundamental dotada de eficácia plena implica vedação absoluta aos órgãos estatais de adotarem medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas.
- II – A titularidade de direitos fundamentais é atribuível às pessoas jurídicas, inclusive as de direito público.
- III – Quanto ao direito de propriedade, a única distinção de tratamento admitida entre brasileiros natos e naturalizados é com relação ao domínio de empresa jornalística ou de radiodifusão, o qual não pode ser atribuído ao brasileiro naturalizado, salvo depois de decorridos mais de dez anos desde a aquisição da nacionalidade secundária.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas III está correta.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) I, II e III estão erradas.
- E) *(Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).*

8. Julgue as seguintes assertivas:

- I – No processo objetivo de controle abstrato sobre a constitucionalidade das leis, apenas são dotadas de efeito vinculante as decisões definitivas que declaram a constitucionalidade.
- II – De acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, declarada em definitivo a inconstitucionalidade de certa lei, fica o Poder Legislativo, por força da eficácia *erga omnes* da decisão, impedido de editar nova lei de conteúdo normativo idêntico.
- III – A eficácia *erga omnes* da decisão que declara a inconstitucionalidade em controle concentrado e abstrato de constitucionalidade não fica condicionada à iniciativa do Senado Federal de suspender a execução da lei ou ato normativo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas III está correta.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Apenas II está correta.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

9. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Não é incompatível com o direito fundamental social à moradia a norma legal que exclui da garantia de impenhorabilidade do bem de família o bem do fiador em contrato de locação.
- II – É ilícita a prisão civil de depositário infiel, não importando a modalidade do depósito.
- III – Não é ofensiva à Constituição a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar, apesar das garantias fundamentais do contraditório e da ampla defesa, asseguradas aos acusados em geral e aos litigantes, tanto em processo judicial como em processo administrativo.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas I e II estão corretas.
- C) Apenas I e III estão erradas.
- D) Apenas I está errada.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)

10. É correto afirmar:

- A) Não cabe a Tribunal de Justiça estadual conhecer de ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal ou estadual, quando o parâmetro normativo da Constituição Estadual invocado for idêntico a norma disposta na Constituição Federal de reprodução obrigatória, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.
- B) Não é admissível que Tribunal de Justiça estadual, em sede de controle abstrato de constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Estadual, declare incidentalmente a incompatibilidade com a Constituição Federal do próprio parâmetro normativo constitucional estadual.
- C) A decisão definitiva e transitada em julgado de Tribunal de Justiça estadual que houver declarado a inconstitucionalidade de lei estadual com eficácia geral *ex tunc* prevalece, até mesmo, em relação ao Supremo Tribunal Federal, que não poderá conhecer de ulterior ação direta de inconstitucionalidade contra a mesma lei estadual, ainda que em face da Constituição Federal.
- D) Não cabe recurso extraordinário contra decisão de Tribunal de Justiça que julgou ação direta de inconstitucionalidade em face da Constituição Estadual, porque não há como se identificar, em hipóteses do gênero, questão constitucional federal.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

11. Para efeitos da lei penal militar, considera(m)-se:

- I – território nacional por extensão, as aeronaves brasileiras onde quer que estejam, desde que sejam de propriedade das Forças Armadas do Brasil.
- II – praticado o delito militar no momento da conduta ou do resultado, diferentemente do que estabelece o Código Penal.
- III – navio, toda embarcação sob comando militar.
- IV – todos os crimes praticados contra a segurança externa do país, procedíveis mediante ação penal pública incondicionada.

- A) Apenas I e III estão erradas.
- B) Apenas I está correta.
- C) Apenas I, II e IV estão erradas.
- D) Apenas IV está correta.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

12. Acerca da tentativa, julgue as seguintes assertivas:

- I – Considera-se tentativa branca aquela na qual o bem tutelado pelo tipo penal não sofre qualquer dano, apesar de esgotados todos os atos executórios.**
- II – Chama-se de crime falho a tentativa perfeita.**
- III – Não se admite tentativa nos crimes preterdolosos.**
- IV – Não se admite tentativa nas contravenções penais.**

- A) I, II, III e IV estão corretas.
- B) Apenas III e IV estão corretas.
- C) Apenas IV está correta.
- D) Apenas II está errada.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

13. Assinale a alternativa errada:

- A) O crime de destruição, subtração ou ocultação de cadáver é exemplo de crime vago.
- B) O crime de abandono material admite a forma culposa.
- C) O crime de quadrilha ou bando se configura no momento em que quatro ou mais pessoas se associam para a prática de um número indeterminado de crimes, mesmo que não ocorra a execução de qualquer delito.
- D) De acordo com a Lei de Planejamento Familiar (Lei Federal nº 9.263/96), constitui crime o médico deixar de notificar à autoridade sanitária as esterilizações cirúrgicas que realizar.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

14. Julgue as seguintes assertivas:

- I – O crime de corrupção ativa (art. 333, do CP) pode ser praticado via omissão própria.**
- II – Por ser delito comum e de mera atividade, o crime de abandono material (art. 246 do CP) admite a tentativa.**
- III – A circunstância de ser o crime cometido em detrimento de operário ou rurícola agrava a pena nos delitos definidos pelo Código de Defesa do Consumidor.**

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas I está errada.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) I, II e III estão erradas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

15. Em relação aos crimes ambientais, julgue as seguintes assertivas:

- I – Em se tratando de crime de abate de animais, desde que haja expressa autorização da autoridade competente, considerar-se-á excluída a ilicitude, tanto no caso em que a finalidade da conduta do agente seja a de proteger lavouras de ação animal predatória, como naquele em que o animal seja considerado nocivo.**
- II – A prévia composição do dano ambiental pelo acusado, quando possível, é condição essencial para o cabimento de proposta de transação penal.**
- III – É proibida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, quando se tratar de crime doloso.**

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas I está correta.
- C) Apenas II está correta.
- D) Apenas III está errada.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

16. João, casado com Sônia, ambos com sessenta anos de idade, e sabendo que esta havia recebido uma verba trabalhista, convenceu a Caio, seu amigo de infância, a furtar parte do dinheiro que estava guardado na residência do casal. Para que o crime fosse perpetrado, certa noite João deu a cópia da chave da casa ao seu amigo, que adentrou a residência e levou todo o dinheiro que ali estava. É correto afirmar:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

- A) João e Caio respondem pelo crime, sendo que a ação penal em relação ao cônjuge somente se procede mediante representação.
- B) A ação penal será proposta apenas contra Caio, sendo João isento de pena, uma vez que o crime foi cometido na constância da sociedade conjugal.
- C) João e Caio respondem pelo crime, não havendo necessidade de representação.
- D) João e Caio respondem pelo crime, sendo que a ação penal em relação aos dois somente se procede mediante representação.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

17. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Considera-se crime de lavagem de bens aqueles praticados exclusivamente por organizações criminosas, que buscam converter, em lícitos, ativos ilícitos.
- II – Para o cálculo da pena de multa cominada aos crimes previstos na Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93), o Juiz poderá adotar a regra dos dias-multa, fixada no Código Penal, bem como, se entender ter havido potencialidade lesiva ao erário, poderá adotar índices percentuais incidentes sobre o valor da vantagem indevida visada pelo agente.
- III – Os crimes definidos no Estatuto do Desarmamento não admitem a modalidade culposa.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas III está correta.
- C) Apenas II está errada.
- D) I, II e III estão erradas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

18. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Em qualquer caso, a embriaguez accidental afasta a imputabilidade penal.
- II – A coação moral irresistível (*vis compulsiva*) exclui a ação, por inexistência de vontade.
- III – A ausência da potencial consciência da ilicitude dá lugar ao erro de proibição (art. 21, CP), que, quando inescusável, é causa excludente de culpabilidade.
- IV – A cooperação dolosamente distinta é circunstância atenuante que somente se aplica à modalidade de participação, não abrangendo os casos de coautoria.

- A) I, II, III e IV estão corretas.
- B) I, II, III e IV estão erradas.
- C) Apenas I e IV estão corretas.
- D) Apenas II e III estão corretas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

19. São hipóteses de erro accidental, exceto:

- A) Erro sobre o objeto.
- B) Erro na execução.
- C) Erro sobre a pessoa.
- D) Erro de proibição.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

20. É errado afirmar:

- A) No crime de peculato, o “proveito próprio ou alheio” é elemento normativo do tipo, sendo definido como qualquer vantagem material ou moral, independentemente da natureza patrimonial.
- B) A apropriação momentânea pelo funcionário público de coisa infungível que se encontra na sua posse em razão do seu cargo, sem o *animus domini*, não configura o delito de peculato, por não encontrar tipicidade na norma incriminadora. Entretanto, se o “peculato de uso” é cometido por prefeito, deverá ele ser responsabilizado criminalmente.
- C) Na hipótese do funcionário público adentrar criminosamente a repartição pública, mediante destruição ou rompimento de obstáculo, dali subtraindo determinado bem, deverá responder por furto e não por peculato.
- D) Em todas as modalidades de peculato doloso, o sujeito ativo pode ser beneficiado com o instituto do arrependimento posterior, se, voluntariamente, reparar o dano até o oferecimento da denúncia, hipótese em que terá sua pena reduzida no patamar de um a dois terços.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

21. A Justiça Comum Estadual é incompetente para processar e julgar:

- A) Civil acusado de prática de crime contra instituições militares estaduais.
- B) Estupro em que o autor e a vítima sejam indígenas.
- C) Policial militar em serviço por facilitar a fuga de preso de estabelecimento penal.
- D) Lesão corporal de natureza grave produzida por policial militar em serviço contra bombeiro militar reformado.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

22. Com base no entendimento dominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- A) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Tribunal do Júri será sempre adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- B) No processo penal, contam-se os prazos da data da efetiva intimação, salvo na hipótese de Carta Precatória ou de Carta de Ordem, em que serão contados da data de sua juntada aos autos.
- C) O assistente do Ministério Público pode recorrer, extraordinariamente, de decisão concessiva de *habeas corpus*.
- D) A audiência prévia da defesa sobre pedido de desaforamento formulado pelo autor da ação penal será dispensada se houver anuência do juiz processante quanto ao pleito.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

23. Relativamente a medidas assecuratórias, é correto afirmar:

- A) O sequestro, que recairá sobre qualquer bem imóvel do acusado, poderá ser decretado no curso da ação penal, desde que existam certeza da infração e indícios suficientes da autoria.
- B) O procedimento de especialização da hipoteca legal exige certeza da infração, indícios suficientes de autoria e prova da aquisição ilícita do bem.
- C) A extinção da punibilidade pela prescrição, reconhecida por sentença transitada em julgado, importará obrigatoriamente no levantamento do sequestro decretado na ação penal.
- D) O arresto de bens móveis suscetíveis de penhora, decretado na ação penal, pressupõe necessariamente a inexistência de bens imóveis de propriedade do réu.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

24. Em processo de competência do Tribunal do Júri, durante a instrução criminal, surgiram elementos probatórios que indicaram a existência de circunstância de infração penal não contida na denúncia. Nessa situação, a autoridade judiciária deverá:

- A) Pronunciar o denunciado nos termos da nova infração penal, embora fique sujeito a pena mais grave.
- B) Impronunciar o denunciado, por não ter restado provada a autoria do fato constante da denúncia.
- C) Absolver o acusado face à prova da inexistência do fato conforme descrito na denúncia.
- D) Remeter os autos ao Ministério Público para a finalidade de aditamento da denúncia.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

25. A autoridade judiciária, de ofício, não poderá:

- A) Reconhecer, na sentença, agravante de reincidência, não alegada pela acusação.
- B) Determinar interceptação das comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal.
- C) Ordenar busca e apreensão de documentos em poder do denunciado.
- D) Decretar prisão temporária de suspeito de cometimento de crimes considerados hediondos.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)

26. De acordo com o ordenamento jurídico pátrio, é correto o posicionamento de Juiz de Direito que:

- A) Retrata-se de decisão de impronúncia que proferiu e a substitui por uma de absolvição liminar diante de provas que atestam a inexistência material do fato.
- B) Suspende o curso da ação penal até que seja resolvida no juízo cível questão prejudicial que reputou séria e fundada, relativamente ao estado civil da pessoa do denunciado.
- C) Concede a corréu, não primário, em ação penal que apura crimes decorrentes de ações praticadas por organizações criminosas, o perdão judicial como benefício de delação premiada.
- D) Instala sessão do Tribunal do Júri, com presença de 14(quatorze) jurados, sorteando 07(sete) para formação do Conselho de Sentença.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)

27. Nos termos da Lei de Execução Penal, classifica-se como incidente da execução penal o pedido de:

- A) Conversão da pena privativa de liberdade em sanção restritiva de direitos.
- B) Livramento condicional.
- C) Remição de pena.
- D) Progressão de regime prisional.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)

28. Em matéria de Execução Penal, é errado afirmar:

- A) Ao liberado definitivo não pode ser atribuída a condição de egresso, sob pena de ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- B) A conduta ensejadora de falta disciplinar grave, tentada ou consumada, resultará em mesma sanção, sem qualquer abrandamento.
- C) Das decisões proferidas pelo Juiz das Execuções Penais caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.
- D) O condenado, caso cometa falta tida como grave, estará sujeito à transferência para qualquer dos regimes prisionais mais rigorosos, mediante decisão judicial.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)

29. Considera-se de natureza constitutiva a decisão que:

- A) Concede a reabilitação criminal.
- B) Extingue a punibilidade do réu pela prescrição.
- C) Concede ordem de *habeas corpus*.
- D) Absolve o réu.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)

30. Sobre prova testemunhal, é correto afirmar:

- A) As partes poderão indicar até oito testemunhas para oitiva em Plenário do Tribunal do Júri, independentemente de terem prestado depoimento na instrução criminal.
- B) O Vice-Presidente da República poderá, na qualidade de testemunha, optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz ser-lhe-ão transmitidas por ofício.
- C) Os menores de dezoito anos de idade, indicados como testemunhas, são impedidos de prestar compromisso, sendo ouvidos como declarantes.
- D) A contradita de testemunha arguida em audiência por uma das partes e acolhida pela autoridade judiciária, independentemente de seu fundamento, não obsta a colheita do depoimento, mas apenas a tomada do compromisso legal.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

DIREITO CIVIL

31. Assinale a alternativa correta:

- A) Atualmente, a lei civil brasileira admite os denominados intervalos lúcidos do incapaz, de forma que os atos por ele praticados pessoalmente serão considerados válidos, se ficar demonstrado que, no momento do ato, encontrava-se em condições psicológicas de realizá-los.
- B) Ao relativamente incapaz não é permitido praticar nenhum ato da vida civil sem a assistência de seu representante legal, sob pena de anulabilidade.
- C) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, ainda que seja indivisível o objeto do direito ou a obrigação comum.
- D) O dispositivo legal que permite às partes estipular, antes de celebrado o casamento, o que lhe aprouver quanto aos bens, é exemplo de norma não cogente permissiva.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

32. Julgue as assertivas:

- I – É imprescritível a pretensão da ação de investigação de paternidade; não a de petição de herança.
- II – A pretensão do condômino de exigir a divisão da coisa comum, por se tratar de direito potestativo, é imprescritível.
- III – O Código Civil não admite a renúncia tácita à prescrição.

- A) I, II e III estão erradas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) Apenas I está correta.
- D) Apenas III está errada.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

33. Em relação aos vícios inerentes ao negócio jurídico, é correto afirmar:

- A) Tanto o dolo principal quanto o acidental, por envolverem comportamento astucioso e manobra insidiosa, viciam o negócio, tornando-o anulável e admitindo a reparação da vítima em perdas e danos.
- B) Fraude contra credores é todo ato praticado por devedor solvente, insolvente ou por ele reduzido à insolvência, suscetível de diminuir ou onerar seu patrimônio, de modo a reduzir ou eliminar a garantia que este represente para pagamento de suas dívidas.
- C) Verifica-se a lesão quando, sob necessidade premente, uma pessoa se submete à desproporcionalidade manifesta do valor da prestação oposta, valendo o negócio se a parte favorecida anuir com a redução do proveito.
- D) De acordo com o Código Civil, a simulação constitui vício social que acarreta a anulabilidade do negócio jurídico.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

34. São formas de aquisição da propriedade de bem móvel, exceto:

- A) Avulsão.
- B) Usucapião.
- C) Especificação.
- D) Comistão
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

35. É correto afirmar:

- A) O testamento é ato personalíssimo, privativo do autor da herança, admitindo-se a sua feitura, em casos excepcionais, por meio de procurador, desde que a este sejam conferidos, no instrumento de mandato, poderes expressos e especiais e esteja o testador em pleno gozo de sua capacidade civil.
- B) No testamento cerrado, a carta testamentária pode ser redigida em língua estrangeira, pelo próprio testador ou por outrem, a seu rogo, entretanto o auto de aprovação somente deve ser escrito na língua nacional.
- C) Pelo princípio da *saisine*, adotado pelo Código Civil em vigor, aberta a sucessão, tanto o herdeiro quanto o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

legatário adquirem de imediato a propriedade e a posse, seja ela direta ou indireta, da herança ou do legado.

- D) O poder de revogar testamento, no todo ou em parte, é irrenunciável, razão pela qual a existência de cláusula de irrevogabilidade vicia e contamina o testamento, tornando-o nulo desde a sua origem e incapaz de produzir qualquer efeito jurídico.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

36. Em relação à responsabilidade civil, é errado afirmar:

- A) A vítima é assegurado o direito de escolha quando houver mais de um agente causador do dano, sobretudo em se tratando de pais e filhos ou tutores e tutelados.
- B) Para efeito de reparação civil por fato de outrem, a culpa ou a conduta contrária ao direito deverão ser efetivamente comprovados, ainda que se trate de agente incapaz.
- C) Em qualquer hipótese, os pais são solidariamente responsáveis pelos atos danosos de seus filhos incapazes, mesmo não sendo, no momento do ato, os detentores diretos do poder e da autoridade ou não estejam na companhia destes.
- D) O ato ilícito há que se revestir de vontade direta ou indireta, conduta contrária ao ordenamento jurídico e prejuízo efetivo, pressupostos estes necessários à responsabilidade subjetiva.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

37. É correto afirmar:

- A) Qualquer pessoa capaz pode arguir causa suspensiva do matrimônio, desde que até o momento da celebração do ato.
- B) O casamento nuncupativo, em qualquer de suas hipóteses, demanda a presença de seis testemunhas.
- C) Tanto quanto a união estável, a posse do estado de casado se estabelece e se prova pela mera convivência pública e notória como marido e mulher, sem que se exija o uso do nome daquele por esta.
- D) O casamento celebrado entre pessoas do mesmo sexo, sem que um dos nubentes saiba do fato, é considerado ato inexistente e não mera nulidade por erro quanto à pessoa.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

38. É correto afirmar, sobre o direito de família:

- A) Na modalidade de tutela testamentária, podem os avós designar tutor ao neto, para que exerça o *munus* na ausência dos genitores.
- B) A morte presumida do ausente, uma vez declarada e autorizada a sucessão provisória, põe fim ao casamento válido.
- C) A sentença que julgar procedente o pedido em ação de investigação de paternidade deverá ordenar que o filho se crie e eduque no seio da família natural, que goza de preferência legal, em detrimento da família que o detinha como filho até então.
- D) Embora os alimentos decorrentes de obrigação legal sejam devidos para o futuro, os provenientes de contrato, doação ou testamento podem ter fixação pretérita.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

39. É correto afirmar:

- A) Destina-se o registro de títulos e documentos a lhes autenticar a data, valendo o documento objeto de registro apenas entre os interessados nele constantes.
- B) O penhor de crédito, uma vez registrado no Registro de Títulos e Documentos, tem eficácia plena.
- C) O registro de bens imóveis, no ofício de Registro de Imóveis, tem o condão de dar publicidade e, sobretudo, efetivar o domínio sobre o bem descrito e alvo do registro.
- D) São registráveis, tanto quanto a aquisição do bem imóvel, o pré-contrato, a promessa de compra e venda ou a cessão, mesmo que não se trate de parcelamento do solo por meio de loteamento ou desmembramento registrados.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

40. Na ordem dos direitos autorais, assinale a alternativa adequada às proposições abaixo:

- I – Considerando a hipossuficiência do autor, os contratos celebrados em torno de direitos autorais não que ser interpretados pela ótica do princípio da interpretação restritiva.
- II – A permuta se enquadra no direito autoral como cessão onerosa.
- III – A concessão e a cessão de direitos autorais operam-se sempre entre vivos.
- IV – Na concessão, observam-se a autorização ou licença, a locação, o uso e o gozo de direitos autorais durante certo tempo e em determinado território, enquanto que a cessão implica transferência do domínio, parcial, total ou temporária.

- A) I, II, III e IV estão corretas.
- B) Apenas I e IV estão corretas.
- C) Apenas II está correta.
- D) Apenas II e III estão corretas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. É errado afirmar:

- A) Cabe ação de usucapião ao possuidor para que se lhe declare, nos termos da lei, o domínio da servidão predial.
- B) Em ação de usucapião, serão intimados por oficial de justiça, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) Deve o autor, na ação de usucapião, juntar à petição inicial planta do imóvel que se pretende usucapir.
- D) A sentença que julgar procedente o pedido na ação de usucapião será transcrita, mediante mandado, ao registro de imóveis, satisfeitas as obrigações fiscais.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

42. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Tendo a oposição sido apresentada depois de iniciada a audiência de instrução e julgamento, não é possível a sua apreciação simultânea com a ação principal.
- II – A decisão que mantiver, em juízo de retratação, o indeferimento da petição inicial, fundada na prescrição, encerra o processo com julgamento do mérito, hipótese em que, independentemente do trânsito em julgado, o escrivão comunicará ao réu o resultado do julgamento.
- III – O juiz poderá proferir julgamento liminar de procedência ou de improcedência, em causas repetitivas ou seriadas, quando a matéria discutida for unicamente de direito, desde que já tenham sido julgados casos similares no Juízo, com base em jurisprudência do tribunal ao qual o magistrado esteja vinculado.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas I e II estão corretas.
- C) Apenas II está correta.
- D) I, II e III estão erradas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

43. Sobre a competência, julgue as seguintes assertivas:

- I – A execução, por carta precatória, de sentença estrangeira, cuja homologação cabe ao Supremo Tribunal Federal, compete à Justiça Comum Estadual, caso inexista na comarca, sede da Justiça Federal.
- II – Realizada a alteração de competência absoluta, após a prolação de sentença, não haverá redistribuição dos processos para o juízo indicado como competente, porém os recursos interpostos devem ser processados no tribunal vinculado ao novo juízo competente.
- III – Quando forem certas, mas ilíquidas, as sentenças penal, arbitrai e estrangeira não podem ser executadas de imediato, precedendo, pois, a devida liquidação no juízo cível competente.

- A) I, II e III estão corretas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

- B) Apenas III está correta.
C) I, II e III estão erradas.
D) Apenas I e II estão corretas.
E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

44. Julgue as seguintes assertivas:

- I – A preexistência de compromisso arbitral deve ser alegada, em preliminar, na contestação, sob pena de preclusão.**
II – A lei que se aplica em questões processuais deve ser a que estiver em vigência no tempo em que ocorreu o ato material.
III – A capacidade de ser parte no processo civil não se restringe apenas às pessoas naturais e jurídicas.

- A) Apenas II está errada.
B) I, II e III estão corretas.
C) I, II e III estão erradas.
D) Apenas II e III estão corretas.
E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

45. Julgue as seguintes assertivas:

- I – A sentença líquida proferida contra a Fazenda Pública não transita em julgado enquanto não for submetida ao segundo grau de jurisdição, cabendo ao tribunal, em sede de reexame necessário, analisar toda a matéria discutida, podendo, inclusive, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.**
II – Na ação de sequestro intentada por interessado capaz, envolvendo crédito de natureza não alimentar, motivada pelo descumprimento da ordem de preferência dos pagamentos devidos pela Fazenda Pública, é obrigatória a intervenção do Ministério Público.
III – Pode o processo prosseguir com a participação do assistente litisconsorcial, ainda que a parte assistida desista da ação, renuncie ao direito ou reconheça a procedência do pedido.

- A) I, II e III estão corretas.
B) I, II e III estão erradas.
C) Apenas I e III estão corretas.
D) Apenas I está errada.
E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

46. Julgue as seguintes assertivas:

- I – O representante legal do incapaz só poderá assumir o compromisso de inventariante, se não houver outro legitimado à inventariança, hipótese em que ele assumirá o encargo como estranho à sucessão, em nome próprio, a título de inventariante dativo.**
II – A sentença que homologa a partilha lançada nos autos pelo partidor do juízo tem natureza constitutiva, faz coisa julgada material, só podendo ser atacada por ação rescisória, depois de esgotadas as vias recursais.
III – Transitada em julgado a sentença que homologa ou julga a partilha, cessa a existência de espólio, contudo, se tiver havido erro na descrição dos bens inventariados, nada impede que seja efetivada a devida retificação nos próprios autos, desde que haja acordo unânime entre os interessados.

- A) I, II e III estão corretas.
B) I, II e III estão erradas.
C) Apenas I e II estão corretas.
D) Apenas III está correta.
E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

47. Julgue as seguintes assertivas:

- I – A curatela dos interditos é um procedimento de jurisdição voluntária, não se admitindo a citação do interditando por edital, cabendo, no entanto, o ato citatório por hora certa.**
- II – A sentença que declara a interdição não tem efeito retroativo e não faz coisa julgada material, no entanto, os atos praticados pelo interditado, antes de ser declarada a interdição, são nulos de pleno direito.**
- III – A sentença que acolhe o pedido de levantamento de interdição é constitutiva, e os seus efeitos são imediatos, podendo a respectiva averbação no Registro Civil ser efetivada no dia seguinte ao trânsito em julgado do ato decisório.**

- A) I, II e III estão corretas.
- B) I, II e III estão erradas.
- C) Apenas I está correta.
- D) Apenas I e III estão corretas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

48. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Ao juiz é defeso decretar, de ofício, a nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão.**
- II – Ao contrário do impedimento, que pode ser alegado em qualquer tempo e grau de jurisdição, a suspeição do juiz de primeiro grau, somente poderá ser arguida até a prolação da sentença.**
- III – No incidente de conflito de competência, o Ministério Público intervirá necessariamente, ainda quando não tenha atuação obrigatória no processo originário em que fora suscitado o conflito.**

- A) I, II e III estão corretas.
- B) I, II e III estão erradas.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas I e III estão erradas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

49. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Sem prejuízo da demanda nunciatória, cabe ao próprio interessado fazer o imediato embargo extrajudicial de obra nova, se o caso for urgente, sujeitando-se, contudo, à ratificação da medida em juízo.**
- II – É lícito ao demandado em ação possessória utilizar a peça contestatória, para, além de resistir à pretensão do autor, pleitear a tutela interdita.**
- III – Nas ações possessórias, a competência será definida pelo critério do *forum rei sitae*, porém, se a disputa incidir sobre imóvel situado em território de duas comarcas, será competente, para o julgamento, o juízo da comarca em que reside o réu.**

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Apenas III está correta.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

50. É errado afirmar:

- A) A tutela antecipada poderá ser concedida, quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso, fazendo coisa julgada material a respectiva decisão.
- B) Cabem embargos infringentes contra acórdão, proferido por maioria, em agravo retido, quando se tratar de matéria de mérito.
- C) A apreciação de questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo, somente fará coisa julgada material, se, requerida por qualquer das partes, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento do pedido.
- D) Não cabe a remessa necessária quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

51. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Como a imposição da contrapropaganda é típica obrigação de fazer, cabe ao magistrado, ao impô-la, fixar desde logo multa diária pelo descumprimento da obrigação, exceto quando a decisão se tenha dado liminarmente.**
- II – O consumidor poderá exigir a correção de seus dados inexatos, competindo ao arquivista comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas no prazo de cinco dias úteis.**
- III – Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, sem solicitação prévia, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.**

- A) Apenas I está errada.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) I, II e III estão corretas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

52. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de quinze dias, contado de recebimento pelo consumidor.**
- II – As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor, porém não ensejam execução específica.**
- III – O fornecedor poderá deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu critério, quando o objeto do contrato for de alta complexidade.**

- A) Apenas I está errada.
- B) Apenas I e II estão corretas.
- C) Apenas II está correta.
- D) I, II e III estão erradas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

53. No que se refere às chamadas cláusulas abusivas, julgue as seguintes assertivas:

- I – A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, ainda que, na ausência daquela, decorra ônus excessivo a qualquer das partes.**
- II – Nos contratos de compra e venda de móveis mediante pagamento em prestações, consideram-se nulas as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto.**
- III – Nos consórcios de automóveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas terá descontada, tão somente, a vantagem econômica auferida com a fruição.**

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas II e III estão corretas.
- C) Apenas II está errada.
- D) Apenas I e III estão erradas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

54. Julgue as seguintes assertivas:

- I – De acordo com o sistema de tutela jurisdicional coletiva brasileiro, são habilitados a tomar dos interessados termo de ajustamento de conduta às exigências legais os legitimados à propositura da ação civil pública.**
- II – A cominação de multa é requisito indispensável à eficácia e à exequibilidade do compromisso de ajustamento de conduta.**
- III – Ao instruir a ação civil pública, não poderá o Ministério Público requisitar certidão de qualquer organismo público ou particular, nos casos em que a lei impuser sigilo, salvo quando se tratar de documento indispensável à propositura da ação.**
- IV – Não sendo homologado o arquivamento, o inquérito civil público retornará ao promotor de justiça a fim de que ajuíze a ação.**

- A) Apenas IV está errada.
- B) Apenas I e IV estão erradas.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) I, II, III e IV estão erradas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

55. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Ao criar uma fundação, seu instituidor deverá declarar a maneira de administrá-la.**
- II – Na hipótese de o patrimônio ser considerado insuficiente para constituir a fundação, será ele incorporado em outra fundação de fim igual ou semelhante, independentemente de disposição do instituidor.**
- III – Não sendo o estatuto elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.**
- IV – É necessária a aprovação pelo Ministério Público para a alteração do estatuto da fundação.**

- A) Apenas I e IV estão corretas.
- B) Apenas I e III estão corretas.
- C) Apenas III e IV estão corretas.
- D) Apenas II está errada.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

56. É correto afirmar:

- A) A lei faculta às entidades filantrópicas e às casas-lar a possibilidade de cobrar do idoso a sua participação no custeio da entidade, que não poderá exceder a sessenta por cento de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.
- B) Em relação ao acolhimento do idoso em situação de risco social, o adulto ou núcleo familiar que o acolher será beneficiado com a devida dedução no imposto de renda.
- C) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observada, entre outros, a reserva de unidades residenciais para atendimento aos idosos, em percentual a ser definido pela Administração Pública.
- D) A Ordem dos Advogados do Brasil não possui legitimidade para a defesa coletiva dos direitos ou interesses de idosos.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

57. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Os legitimados para a ação coletiva de defesa do consumidor, decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em proporção compatível com a gravidade do dano coletivo apurado em processo de conhecimento, poderão promover liquidação e execução da sentença genérica relacionada a direitos ou interesses individuais homogêneos.**
- II – Quando se tratar de direito difuso, a ilegalidade será corrigida abrangendo a reversão da situação lesiva, dependendo, todavia, da determinação dos titulares.**
- III – As verbas revertidas em favor do Fundo de Direitos Difusos, em decorrência de atos de discriminação étnica, terão sua destinação vinculada.**
- IV – Na ação popular, não cabe recurso do cidadão-eleitor, até então estranho ao litígio, na qualidade de terceiro.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

- A) Apenas I e IV estão corretas.
- B) Apenas II e IV estão corretas.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) I, II, III e IV estão corretas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

58. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Não há interesse recursal do réu em relação a sentença que, em demanda coletiva, tenha decidido pela improcedência por falta de prova, para impugnar tal fundamento e modificá-lo para o de inexistência de direito.**
- II – Na ação popular, a apelação tem efeito suspensivo quando interposta contra sentença que julgar procedente a demanda.**
- III – O juízo a quo e o juízo ad quem poderão deferir pedido de efeito suspensivo de recursos oriundos de ação civil pública, não sendo possível, todavia, tal concessão em relação a apenas um dos capítulos da decisão.**
- IV – A União poderá repassar até dez por cento de sua complementação para programas direcionados à melhoria da qualidade da educação, tanto aos Estados, quanto aos Municípios, não importando que tenha sido atingido o valor nacional estipulado por aluno.**

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas I e IV estão corretas.
- D) Apenas II e IV estão corretas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

59. É errado afirmar:

- A) No sistema do Estatuto da Criança e do Adolescente, a regra é que os recursos tenham efeitos devolutivo e suspensivo.
- B) As escolas privadas poderão receber auxílios públicos, desde que comunitárias, confessionais, filantrópicas ou de caráter não lucrativo, mediante cumprimento de requisitos específicos.
- C) Poderá ser deferido pedido de adoção unilateral em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente.
- D) O acesso ao processo de adoção poderá ser deferido ao adotando menor de dezoito anos.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

60. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Na hipótese em que o idoso não esteja em condições de proceder à opção pelo tratamento de saúde que lhe seja mais favorável, se tal opção couber ao próprio médico, deverá este comunicar o fato ao Ministério Público, desde que não haja curador ou familiar conhecido.**
- II – Em matéria de acessibilidade, considera-se legalmente barreira qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação, com segurança das pessoas, classificando-se em: barreiras arquitetônicas urbanísticas, barreiras arquitetônicas na edificação e barreiras móveis.**
- III – A isenção legal de imposto na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros é instituída em favor de pessoas portadoras de deficiência, excluindo-se os casos de deficiência mental severa ou profunda.**
- IV – A prioridade na tramitação de processos e procedimentos atribuída ao maior de 60 (sessenta) anos não cessa necessariamente com a morte do beneficiário.**

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II e III estão corretas.
- C) Apenas I e IV estão corretas.
- D) I, II, III e IV estão erradas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. Julgue as seguintes assertivas:

- I – A sucessão do sujeito ativo da relação tributária (ente político) garante ao sucessor os direitos do sucedido, até que passe a vigorar sua própria legislação.**
- II – Sendo a dação em pagamento uma forma ordinária de extinção do crédito tributário, a obrigação se satisfaz de pronto por esta modalidade, sem necessidade de lei que a discipline.**
- III – Fere o princípio da anterioridade “nonagesimal” o tributo que é exigido dentro do exercício seguinte ao da publicação da lei que o instituiu ou majorou.**

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas I está correta.
- D) I, II e III estão corretas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

62. Considerando a situação de suspensão da exigibilidade da obrigação tributária, julgue as seguintes assertivas:

- I – A suspensão da exigibilidade do crédito tributário atinge apenas a obrigação principal, não estando o devedor desobrigado da obrigação acessória, salvo se a norma expressamente a esta se referir.**
- II – A lei que concede a moratória não poderá restringir sua área de abrangência, quer geograficamente, quer por condição pessoal dos sujeitos a serem atingidos.**
- III – O ato de depósito do montante integral do crédito tributário, por não constituir modalidade de pagamento da dívida, não implica em extinção da obrigação.**

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas I está errada.
- D) Apenas II e III estão erradas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

63. Julgue as seguintes assertivas:

- I – A obrigação tributária acessória extingue-se juntamente com a obrigação principal.**
- II – A imposição de penalidade, motivada por transgressão de quaisquer das regras tributárias, substitui o pagamento, ilidindo-o integralmente.**
- III – A exigência da multa tributária a espólio fere o princípio da pessoalidade da pena, portanto não é suscetível de cobrança.**

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas I e III estão erradas.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas II está errada.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

64. São causas de interrupção da prescrição, exceto:

- A) Protesto judicial.
- B) Despacho de citação em processo de execução fiscal.
- C) Anistia.
- D) Confissão da dívida.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

65. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela em que nem todos os itens correspondem a causas extintivas do crédito tributário:

- A) O pagamento, a prescrição, a compensação e a decisão administrativa irreformável e de que não caiba anulação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

- B) A remissão, o pagamento, a decadência e a conversão do depósito em renda.
- C) O pagamento antecipado, a homologação do lançamento, a prescrição e a dação em pagamento de bens imóveis.
- D) A consignação em pagamento, transação, a decisão judicial transitada em julgado e a moratória.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

66. São espécies de procedimentos administrativos, exceto:

- A) Repetição de indébito.
- B) Execução fiscal.
- C) Parcelamento de débito.
- D) Reconhecimento de direitos.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

DIREITO ADMINISTRATIVO

67. É errado afirmar:

- A) A inalienabilidade dos bens de uso comum do povo e de uso especial não é absoluta.
- B) A alienação de bens públicos pode dar-se por meio de negócios jurídicos privados, como compra e venda, doação, dação em pagamento e permuta.
- C) A alienação dos bens públicos imóveis cuja aquisição decorrer de processo judicial poderá dar-se independentemente de autorização legislativa, exigindo-se, no entanto, o procedimento licitatório sob a modalidade de concorrência ou leilão.
- D) No atual sistema constitucional, o domínio público fluvial e lacustre reparte-se entre a União, Estados e Municípios, consoante critérios de territorialidade e extensão.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

68. Julgue as seguintes assertivas:

- I – **Exige-se a aprovação prévia em concurso público para a investidura em empregos públicos, mesmo quando se trata de pessoas jurídicas de direito privado da Administração Pública Indireta com atividade econômica.**
- II – **A contratação de servidor, por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, não depende de aprovação em concurso público, mas deve estar baseada em lei que atribua ao Chefe do Poder Executivo a competência de estabelecer os casos em que tal contratação será possível.**
- III – **O estágio probatório, a que é submetido o servidor público efetivo, tem a duração de três anos, contando-se, para o efeito, o tempo de efetivo exercício, devendo coincidir, portanto, com o prazo para a aquisição da estabilidade, fixado expressamente pela Constituição.**

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas I e II estão corretas.
- C) Apenas I e III estão erradas.
- D) Apenas II está errada.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

69. Supondo que, imposta a certo servidor público punição disciplinar em processo administrativo que observou a garantia da ampla defesa, sobreveio o trânsito em julgado de sentença judicial que, em cognição penal do mesmo fato, reconheceu que ficou provado não ter o réu-servidor concorrido para a prática delituosa, é correto afirmar:

- A) Caberá a anulação da punição aplicada, não sendo a respectiva pretensão sujeita à prescrição.
- B) Não caberá a anulação da punição disciplinar, porque, neste caso, já houvera a consolidação da instância administrativa, que, tendo observado o devido processo legal, não poderia ser alcançada retroativamente pelos efeitos da sentença criminal absolutória.
- C) Não caberá a anulação da punição disciplinar, porque a instância penal somente obriga a instância administrativa quando a sentença absolutória afirma a inexistência do fato atribuído ao servidor.
- D) Caberá a anulação da punição aplicada, sendo que a respectiva pretensão que possa vir a ser deduzida em ação processual está subordinada a prazo prescricional, contado a partir do trânsito em julgado da sentença absolutória.
- E) *(Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).*

70. Sobre o regime jurídico administrativo, julgue as seguintes assertivas:

- I – Como corolário do princípio da supremacia do interesse público, é vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências atribuídas à Administração.
- II – O princípio da impessoalidade tem a extensão de permitir que se reconheça a validade de ato administrativo praticado por funcionário irregularmente investido no cargo ou função pública.
- III – A nova interpretação da norma administrativa tem aplicação retroativa, desde que se trate de fazer prevalecer o sentido normativo que melhor atenda ao fim público a que se dirige a norma.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas I e II estão corretas.
- C) Apenas I e III estão erradas.
- D) Apenas II está errada.
- E) *(Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).*

71. É errado afirmar:

- A) Não é dispensável a licitação para a aquisição, por empresa pública, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei de Licitações, ainda que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- B) Para a contratação pela Administração Pública de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda, a licitação será obrigatoriamente dos tipos “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
- C) A “licitação deserta” é a hipótese em que todos os interessados que acudiram à licitação foram, ou inabilitados, ou desclassificados, cabendo a dispensa de nova licitação, se, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo à Administração, mantidas, na contratação direta, as condições preestabelecidas no ato convocatório.
- D) Mesmo em se tratando de contrato com a Administração Pública eivado de nulidade absoluta, por ausência de prévia licitação, subsistem para a Administração os deveres de cumprir a obrigação de pagar a contraprestação pelo que o contratado houver executado e de indenizá-lo pelos prejuízos devidamente comprovados.
- E) *(Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)*

72. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Não cabe a responsabilização subsidiária da Administração Pública pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato administrativo, em caso de inadimplemento de qualquer de tais obrigações por parte do contratado.
- II – Em matéria de responsabilidade extracontratual do Estado, admite-se a atenuação do dever estatal de indenizar em face de culpa concorrente da vítima, sendo que a dúvida sobre a participação culposa do lesado resolve-se pela responsabilização exclusiva do Estado.
- III – Segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, a conduta omissiva do Chefe do Poder Executivo quanto à iniciativa legislativa sobre a revisão geral anual dos servidores públicos gera direito à indenização.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas I e II estão corretas.
- C) Apenas I está correta.
- D) Apenas II e III estão corretas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso)

DIREITO ELEITORAL

73. Pelo princípio da antinomia ou anualidade eleitoral, é correto afirmar:

- A) Toda lei que alterar o processo eleitoral tem vigência imediata à data de sua publicação.
- B) Aplica-se a *vacatio legis* à norma que disciplinar o processo eleitoral.
- C) Aplica-se em relação às resoluções normativas sobre o registro de candidatos.
- D) Aplica-se, apenas, às resoluções normativas referentes a propaganda eleitoral.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

74. Sobre a inelegibilidade, julgue as seguintes assertivas:

- I – A aplicação da pena de multa, a suspensão condicional do processo e a incapacidade civil absoluta acarretam suspensão dos direitos políticos.**
- II – A comutação de pena e o indulto incidente são exemplos de situações onde não mais subsistem os efeitos da suspensão dos direitos políticos.**
- III – A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou extinção da pena e com a prova da reparação do dano, se for o caso.**

- A) I, II e III estão corretas.
- B) I, II e III estão erradas.
- C) Apenas I está correta.
- D) Apenas I está errada.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

75. Em matéria de recurso eleitoral, julgue as seguintes assertivas:

- I – Em decisões em que haja divergência na interpretação de leis entre dois ou mais Tribunais Eleitorais ou quando o candidato for considerado inelegível, caberá recurso especial.**
- II – Para o fim de preservar o princípio da igualdade e da ampla defesa, o prazo de interposição e de oferecimento das razões, assim como o das contrarrazões, é de três dias, começando a fluir da publicação do acórdão ou da intimação feita diretamente à parte e ao seu procurador, exceto quando se trata de recurso contra a diplomação de candidato, hipótese em que o prazo será de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da sessão especial para outorga de diplomas.**
- III – Caberá recurso especial da decisão do TRE denegatória de *habeas corpus* ou mandado de segurança.**

- A) I, II e III estão erradas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) Apenas III está errada.
- D) Apenas II está errada.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

76. Em relação à elegibilidade, julgue as seguintes assertivas:

- I – A inelegibilidade de parentes diz respeito, apenas, ao Chefe do Executivo, permitindo-se a elegibilidade dos filhos, pais, avós, netos ou irmãos, se o titular do mandato for reelegível e desincompatibilizar-se definitivamente nos seis meses anteriores ao pleito.
- II – O filho adotivo é elegível no território da circunscrição em que seu pai seja chefe do executivo municipal e aquele se candidatar a Governador.
- III – Exige-se da autoridade policial civil, para que possa concorrer ao cargo de vereador, que se desincompatibilize seis meses antes da data da eleição.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas I e III estão erradas.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) I, II e III estão erradas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

77. É errado afirmar:

- A) A partir do dia 1º de janeiro do ano eleitoral, as pesquisas e testes pré-eleitorais podem ser divulgados a qualquer momento, devendo, para tanto, a empresa ou entidade responsável pela pesquisa ou teste registrar na Justiça Eleitoral, cinco (5) dias antes de sua divulgação, as informações.
- B) A pesquisa realizada no dia da eleição, mesmo não respeitando o prazo de registro prévio, poderá ser divulgada.
- C) Na distribuição de tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, são observados os seguintes critérios: um terço igualmente e dois terços proporcionalmente ao número de representantes de todos os partidos na Câmara dos Deputados, considerando, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram.
- D) Pode um candidato pagar anúncios de propaganda eleitoral, tanto na imprensa escrita, como no rádio e na internet, desde que limitados a, no máximo, dez anúncios de propaganda eleitoral por veículo.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

78. Julgue as seguintes assertivas:

- I – O Vice-Procurador-Geral Eleitoral será designado pelo Procurador-Geral Eleitoral e escolhido dentre os Procuradores Regionais Eleitorais.
- II – O Procurador-Geral Eleitoral poderá designar membros do Ministério Público Federal para oficiarem, com sua aprovação, perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- III – A designação dos Promotores de Justiça, para exercerem as funções eleitorais, será feita por ato do Procurador Regional Eleitoral, com base em indicação do Procurador-Geral de Justiça.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas III está correta.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Apenas II está errada.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

MEDICINA LEGAL

79. Pode-se considerar como fenômeno avital imediato:

- A) Desidratação cadavérica.
- B) Esfriamento cadavérico.
- C) Livores cadavéricos.
- D) Abolição do tônus muscular com imobilidade.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

80. É fenômeno transformativo destrutivo que o cadáver do feto manifesta no útero materno:

- A) Maceração.
- B) Saponificação.
- C) Mumificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

D) Autólise.

E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

81. É tipo de lesão produzida por ação cortante:

A) Espostejamento.

B) Vitriolagem.

C) Esgorjamento.

D) Empalamento.

E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

82. Não é característica dos ferimentos produzidos por projétil expelido por arma de fogo a distância:

A) Orla de escoriação.

B) Halo de enxugo.

C) Aréola equimótica.

D) Zona de chamuscamento.

E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

83. Quanto aos ferimentos produzidos por projétil expelido por arma de fogo, é errado afirmar:

A) O sinal de Werkgaertner é característico dos tiros efetuados a longa distância.

B) Nos tiros encostados, as lesões conhecidas como “boca de mina” não são encontradas quando as armas que os deflagraram possuírem compensadores de recuo.

C) O exame do denominado “anel de Fisch” auxilia na determinação da direção do tiro.

D) Por suas características, ferem o corpo humano por ação perfurocontundente.

E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

84. É errado afirmar:

A) O confinamento se manifesta pela anoxemia e pela hipercapneia.

B) A sufocação poderá ser provocada por compressão do tórax.

C) A fulminação e a fulguração, fenômenos decorrentes da ação de eletricidade natural, diferenciam-se pelos efeitos das lesões sofridas pela vítima.

D) Os estigmas são lesões próprias do sulco do pescoço da vítima de enforcamento, distinguindo-a da vítima de esganadura ou de estrangulamento.

E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

85. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que corresponde a um título de crédito causal:

A) Duplicata.

B) Letra de câmbio.

C) Nota promissória.

D) Cheque.

E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

86. Acerca do aval, é errado afirmar:

A) É um ato jurídico benéfico e, portanto, interpreta-se de forma restritiva.

B) A obrigação vencida, independentemente do respectivo adimplemento, poderá ser imediatamente exigida do avalista, sem que este possa opor benefício de ordem.

C) Existindo aval, pode-se exigir de qualquer um dos coobrigados o pagamento da dívida inteira, entretanto, a propositura, pelo credor, de ação contra apenas um ou alguns devedores, importa em renúncia da solidariedade conferida pela garantia.

D) O aval é instituto exclusivo do direito cambiário, razão pela qual somente os instrumentos definidos por lei, em sentido estrito, como títulos de crédito, sejam eles próprios ou impróprios, podem ser avalizados.

E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

87. “Sociedade eminentemente de capital, de risco limitado, empresarial em sua forma e acentuadamente hierarquizada”. Tais características referem-se à seguinte espécie de sociedade empresarial:

- A) Em conta de participação.
- B) Anônima.
- C) Limitada.
- D) Cooperativa.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

88. Acerca da sociedade cooperativa, é correto afirmar:

- A) As quotas do capital da sociedade cooperativa são intransferíveis a terceiros estranhos à sociedade, salvo em virtude de herança.
- B) A responsabilidade dos sócios, em tal modalidade social, não pode ser ilimitada.
- C) A distribuição dos resultados é proporcional ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, sendo vedada a atribuição de juros fixos ao capital realizado.
- D) O fundo de reserva é indivisível entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

89. Em relação à recuperação judicial, é correto afirmar:

- A) Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.
- B) Poderá ser requerida por devedor que, no momento do pedido, exerça regular ou irregularmente suas atividades há mais de 3 (três) anos.
- C) Pode ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente, exigindo-se, no caso deste último, que seja o administrador da empresa.
- D) A ela estão sujeitos todos os créditos existentes na data do pedido, desde que já estejam vencidos.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

90. Assinale a alternativa errada:

- A) No juízo concursal referente à falência, o Ministério Público não atua como parte, mas como interveniente, fiscalizando o cumprimento da lei, bem como o interesse público.
- B) Na recuperação judicial ou na falência, não são exigíveis do devedor as obrigações a título gratuito.
- C) A decretação de falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.
- D) As despesas judiciais e extrajudiciais que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, inclusive as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor, não são exigíveis do empresário ou sociedade empresária.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

LEI ORGÂNICA ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

91. Julgue as seguintes assertivas:

- I – O sub-Corregedor Geral do Ministério Público, membro indicado pelo Procurador-Geral de Justiça, substitui o Corregedor-Geral nas faltas e impedimentos deste.
- II – Apenas na hipótese de se ultrapassar o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da lista tríplice pelo Governador, é que será obrigatória a investidura, no cargo de Procurador-Geral de Justiça, do candidato mais votado entre os eleitos para compor a lista.
- III – Cabe ao Corregedor-Geral do Ministério Público indicar, necessariamente, ao Colégio de Procuradores de Justiça, os Promotores de Justiça que integrarão o quadro de Promotores de Justiça Corregedores, escolhidos dentre aqueles da mais elevada entrância.
- IV – Aos Procuradores de Justiça é facultada a sustentação oral nos feitos em que atuem como fiscal da lei, sendo, porém, obrigatória, quando funcionar como parte, nas respectivas sessões de julgamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

- A) Apenas I e IV estão corretas.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) Apenas IV está correta.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

92. Julgue as seguintes assertivas:

- I – Em caso de renúncia a mandato do Corregedor-Geral do Ministério Público, será realizado novo processo de escolha para preenchimento do cargo, por meio de eleição, para o cumprimento do mandato pelo período que restar.**
- II – As requisições feitas por membros do Ministério Público serão sempre isentas de ônus para a instituição.**
- III – É defeso ao Procurador-Geral de Justiça delegar a outro membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução.**
- VI – É atribuição do Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento de inquérito civil, na forma da lei.**

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas II e IV estão corretas.
- C) Apenas IV está correta.
- D) I, II, III e IV estão corretas.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

93. Considerando as assertivas abaixo, assinale a alternativa que indique devidamente os respectivos institutos:

- I – É o retorno do membro do Ministério Público ao cargo, determinado por sentença transitada em julgado, assegurado o ressarcimento dos vencimentos e vantagens não recebidos em função do afastamento.**
- II – É o reingresso do membro do Ministério Público aposentado, no quadro da carreira, de ofício, no caso de insubsistência dos motivos da aposentadoria.**
- III – É o retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional.**
- IV – É o ato de não confirmação na carreira, depois de cumpridas as formalidades legais.**

- A) Aproveitamento, reintegração, reversão, exoneração.
- B) Aproveitamento, reversão, reintegração, demissão.
- C) Reversão, reintegração, aproveitamento, demissão.
- D) Reintegração, reversão, aproveitamento e exoneração.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

94. É errado afirmar:

- A) O Secretário-Geral da Procuradoria Geral de Justiça terá assento nas sessões do Conselho Superior do Ministério Público, exercendo a função de secretário desse colegiado.
- B) Todas as decisões de imposição de pena disciplinar demandam publicação no Diário da Justiça, exceto as que impliquem cumprimento de caráter verbal.
- C) A pena de suspensão só terá início em período diverso das férias ou licenças do infrator.
- D) A dilapidação de bens confiados à guarda do membro do Ministério Público implica pena de demissão ao membro não vitalício.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

LEI DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA

95. Nos termos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba em vigor, a competência para o pedido de suprimento de capacidade ou consentimento para o casamento é de:

- A) Vara Cível.
- B) Vara de Família.
- C) Vara da Infância e da Juventude.
- D) Vara de Feitos Especiais.
- E) *(Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).*

96. Assinale a alternativa errada:

- A) O anteprojeto de lei que visar à criação de nova comarca proporá, concomitantemente, a criação dos cargos de juiz de direito e de servidores que funcionarão na respectiva unidade judiciária, bem como os respectivos serviços notarial e de registro.
- B) O desmembramento de comarca, seja qual for a sua entrância, implica na criação de nova comarca, que poderá ser de entrância igual ou inferior à entrância da comarca desmembrada, mas não de entrância superior.
- C) A instalação de comarca será realizada em audiência pública presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça ou por desembargador designado para o ato.
- D) A extinção de comarca ou de qualquer outra unidade judiciária dependerá de lei de iniciativa do Tribunal de Justiça.
- E) *(Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).*

LÍNGUA PORTUGUESA

97. Com base no excerto de texto que segue, julgue os enunciados e assinale a alternativa correta:

[...] O direito é uma disciplina cultural, cuja prática se resolve em palavras. Direito e linguagem se entrelaçam e se confundem. Algumas vezes – infelizmente, mais do que necessário – os profissionais da área jurídica ficam tão empolgados com fogos de artifício da linguagem que se esquecem do justo e, outras vezes, até da lei. Nas acrobacias da escrita jurídica, chega-se a encontrar formas brilhantes nas quais a substância pode ser medida em conta-gotas. O defeito – também com desafortunada frequência – surge mesmo em decisões judiciais que atingem a liberdade e o patrimônio das pessoas [...]. (CENEVIVA, Walter. Linguagem da justiça tropeça nos problemas do Estado. Folha de São Paulo, São Paulo, 2 mai.1993, p. 4-2)

- I – O direito não sem razão é uma disciplina cultural, cuja prática se resolve em palavras. (Com adaptações).
- II – O defeito – também com desafortunada frequência –, mesmo em decisões judiciais que atingem a liberdade e o patrimônio das pessoas, surge. (Com adaptações).
- III – Nas acrobacias da escrita jurídica, é onde se chega a encontrar formas brilhantes nas quais a substância pode ser medida em conta-gotas.(Com adaptações).
- IV – Direito e linguagem, no discurso do cotidiano, parecem se confundirem. (Com adaptações).

- A) Em I, tem-se Pleonismo; em IV, Antecipação.
- B) Em II, tem-se Anacoluto; em IV, Expressão de realce.
- C) Em III, tem-se Expressão de realce; em IV, Contaminação sintática.
- D) Em I, tem-se Pleonismo; em II, Contaminação sintática.
- E) *(Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto
PROVA PREAMBULAR

98. Considerando o discurso abaixo, assinale a alternativa em que há emprego correto da pontuação:

"São parasitos os que exploram a sociedade para benefício próprio os que vivem à custa do estado sem nada produzir os que vegetam em lastimosa ociosidade tais indivíduos são como células cancerosas que roubam a vitalidade do organismo social". Por Santo Agostinho. (com adaptações).

- A) "São parasitos os que exploram a sociedade, para benefício próprio, os que vivem à custa do Estado, sem nada produzir; os que vegetam em lastimosa ociosidade. Tais indivíduos são como células cancerosas, que roubam a vitalidade do organismo social".
- B) "São parasitos, os que exploram a sociedade para benefício próprio. Os que vivem à custa do Estado sem nada produzir; os que vegetam em lastimosa ociosidade. Tais indivíduos, são como células cancerosas que roubam a vitalidade do organismo social".
- C) "São parasitos os que exploram a sociedade, para benefício próprio, os que vivem à custa do Estado sem nada produzir; os que vegetam em lastimosa ociosidade. Tais indivíduos são como células, cancerosas, que roubam a vitalidade do organismo social".
- D) "São parasitos os que exploram a sociedade para benefício próprio, os que vivem à custa do Estado sem nada produzir, os que vegetam em lastimosa ociosidade. Tais indivíduos são como células cancerosas que roubam a vitalidade do organismo social".
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

99. Não ocorrem vícios de linguagem em:

- A) A Constituição Federal é a lei fundamental do país, haja vista servir de parâmetro para todas as leis e atos normativos vigentes.
- B) Quando o país se encontra em crise, se pensa logo a nação reformular a Constituição.
- C) Ao por acento na questão de limitação de cultura, ou de tempo, quanto à questão de haver reforma constitucional, parece ser mais uma questão de limitação circunstancial, uma vez que o texto poderá ser alterado, desde que seja por um procedimento rígido.
- D) A sociedade vem discutindo a possibilidade de uma revisão constitucional. Espera-se que seja proveitosa para a melhoria das práticas sociais e que tal discussão não seja mais um imbroglho indigesto na condução da reforma pretendida.
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).

100. Considerando os enunciados abaixo, não ocorre a crase em:

- A) "Cada um tem de mim exatamente o que cativou, e cada um é responsável pelo que cativou. Não suporto falsidade e mentira. A verdade pode machucar, mas é sempre mais digna. Bom mesmo é ir a luta com determinação, abraçar a vida e viver com paixão. (Por Charlie Chaplin.) (com adaptações.)
- B) Quando alguém compreende que é contrário ao caráter do homem obedecer a leis injustas, nenhuma tirania pode escravizá-lo". (Por Mohandas Karamchand Gandhi. Com adaptações.)
- C) Prefiram o que é positivo e múltiplo, a diferença a uniformidade, os fluxos as unidades, os agenciamentos móveis aos sistemas. (Por Michel Foucault.) (Com adaptações.)
- D) Se eu desejar algo para mim, não seriam riquezas nem poder, mas apenas a paixão da possibilidade. Eu desejaria ter um olho eternamente jovem, ardendo eternamente, a luz da exigência de ver a possibilidade. (Ernst Bloch, El princípio Esperanza. Com adaptações.)
- E) (Abstenção de resposta – Seção VIII, item 11, do Edital do Concurso).